

1 **ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**
2 **RECURSOS HIDRICOS – CEHIDRO.**

3 Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e oito, às 14h 50min no Auditório
4 Pantanal/SEMA, ocorreu a 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos
5 Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Informes; Aprovação da ATA da 13ª Reunião
6 Ordinária do CEHIDRO; Apresentação sobre o Plano Estratégico da Bacia Tocantins-
7 Araguaia, pelos Srs. José Luiz Gomes Zoby e Ney Maranhão da Agência Nacional de
8 Águas; Assuntos Gerais. A reunião foi presidida pelo Secretário Executivo do CEHIDRO o
9 Senhor Luiz Henrique Magalhães Noquelli, que registrou a presença dos seguintes
10 Conselheiros: Sra. Lenir da Silva Moraes e Sr. Edson Luiz Raia, representantes da
11 SINFRA; Sr. Luiz Gonzaga Toledo, representante da SEPLAN; Sr. Valquim Félix da Silva,
12 representante da SEDER; Sra. Telma Luzia Monteiro, representante da SES; Sr. César
13 Esteves Sócrates, representante do IBAMA; Sr. Antônio Brandt Vecchiato, representante
14 da ABAS; Sra. Vânia Tarcila Borges, representante da SANECAP; Sra. Ribenildes Carla
15 Gomes e Souza, representante da FIEMT; Sr. Décio Elói Siebert, representante do IPAC;
16 Sra. Alessandra Panizi de Souza, representante do INSTITUTO CREATIO; Sr. Elói
17 Antônio Brandão, representante da ARPCA; Sra. Vivian Paula Vieira, representante da
18 RAEONG's; Sra. Valquíria de Carvalho Azevedo, representante do IMADEA. O Secretário
19 Executivo iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e colocando aos
20 conselheiros que o principal motivo desta reunião extraordinária é a apresentação do
21 Plano Estratégico da Bacia Tocantins-Araguaia, desenvolvido pela ANA. Em seguida,
22 colocou em votação a Ata da 13ª Reunião Ordinária do CEHIDRO, a qual foi aprovada por
23 unanimidade pelos conselheiros. O Secretário Executivo colocou aos conselheiros que é
24 exigido por lei que áreas irrigadas com mais de cinco mil hectares tenham EIA/RIMA,
25 entretanto em algumas situações o mesmo pode ser dispensado e que quando ocorrem
26 estas situações, a dispensa é solicitada pelos técnicos da SURH ao CONSEMA, o
27 Conselho responsável por analisar estas questões. Colocou aos conselheiros que durante
28 a última reunião do CONSEMA realizada no dia 27 de março de 2008, foi defendida uma
29 dispensa de EIA/RIMA junto ao CONSEMA pelos técnicos da SURH, entretanto os
30 conselheiros do CONSEMA questionaram se o mesmo teria passado pelo CEHIDRO para
31 análise, ao que foram respondidos que não porque tinha sido definido anteriormente que
32 a equipe técnica da SURH decidiria sobre estes tópicos, e ficou decidido pelo CONSEMA
33 que a partir de agora estes processos passarão pelo CEHIDRO e o CONSEMA irá
34 somente referendar a decisão do CEHIDRO. Destacou ainda que serão somente os

35 processos de liberação de EIA/RIMA que serão analisados, e não todos os processos de
36 licenciamento como ocorria anteriormente. Informou a seguir que para se fazer a análise
37 dos processo é pode ser criada uma Câmara Técnica, que analisaria os processos e daria
38 seu voto, o qual seria levado à Plenária, ou pode ser nomeado um relator, o que seria
39 feito pelo revezamento entre as entidades integrantes do CEHIDRO, colocando ainda que
40 a instauração de uma Câmara Técnica é difícil administrativamente pois seria necessário
41 convocar todos os membros sempre que surgisse um processo a ser analisado. O
42 conselheiro Décio Siebert colocou que o melhor é ser nomeado um relator, pois existem
43 outras Câmaras Técnicas a serem formadas, destacando que em outros locais, como
44 CONSEMA e CREA, utilizam o relator. O Sra. Sibelle Jakobi, Analista de Meio Ambiente,
45 ponderou que se for aprovado o revezamento será feito entre as instituições e que será
46 estabelecido um prazo para a devolução do processo e entrega do parecer, ao que todos
47 os conselheiros concordaram. O Secretário Executivo colocou em votação então que
48 seria eleito um relator para analisar os processos, através do revezamento entre as
49 instituições, o que foi aprovado por unanimidade. Em seguida o Secretário Executivo
50 informou aos conselheiros que o Plano Estadual de Recursos Hídricos encontra-se na sua
51 fase final e que na próxima reunião será feita uma apresentação do mesmo, destacando
52 ainda que serão realizados novos encontros públicos para a divulgação do plano e a
53 participação dos conselheiros nos mesmos é importante. O Secretário Executivo informou
54 em seguida aos conselheiros que nenhum deles se manifestou quanto à composição das
55 Câmaras Técnicas conforme tinha sido acordado na última reunião e ponderou que os
56 conselheiros que integram as entidades devem se esforçar para participar das reuniões
57 das mesmas. Questionou aos conselheiros se poderia ser posto em votação a
58 composição das Câmaras Técnicas, o que foi feito e a composição foi aprovada por
59 unanimidade. O Secretário Executivo informou aos conselheiros a substituição da
60 conselheira Márcia Bittencourt, representante suplente da RAEONG's, pela conselheira
61 Marli Teresinha Deon Sette. Dando continuidade à pauta o Secretário Executivo colocou
62 aos conselheiros que foram feitas as alterações solicitadas na logomarca do CEHIDRO,
63 mas as mesmas não ficaram boas esteticamente, então foram feitas seis opções, todas
64 seguindo as alterações solicitadas, para serem apresentadas e fosse votada qual seria a
65 logomarca. A Sra. Leonice Lotufo, Analista de Meio Ambiente, colocou aos conselheiros
66 que ela que fez as logomarcas apresentadas e que deve ser levado em consideração que
67 as mesmas estão sendo visualizadas ampliadas, mas reduzir o brasão do Estado como
68 foi solicitado pode fazer com que o mesmo se torne apenas um borrão. O conselheiro Luiz

69 Gonzaga questionou a Sra. Leonice se apenas aumentando o brasão não resolveria o
70 problema ao que a mesma respondeu que a imagem fica poluída. O Secretário Executivo
71 colocou em votação as logomarcas apresentadas sendo aprovada a primeira imagem,
72 com o brasão em tamanho maior o texto “CEHIDRO-MT” escrito na lateral esquerda
73 superior da gota, com oito votos. O conselheiro Luiz Gonzaga informou que na reunião da
74 Comissão Estadual do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico – ZSEE já tinha sido
75 colocado nas diretrizes principais a implantação do Sistema Estadual de Recursos
76 Hídricos e seus instrumentos, porem também foram estendidas para as áreas pontuais a
77 mesma prioridade quanto a recursos hídricos. A conselheira Valquíria de Azevedo
78 colocou que é a representante suplente do CEHIDRO nesta comissão que não foi
79 informada desta reunião, sendo respondido pela Sra. Sibelle Jakobi que a
80 responsabilidade de informar os representantes é da organização da Comissão e que os
81 contatos dos conselheiros que foram indicados para representar o CEHIDRO foram
82 encaminhados à comissão, sendo ponderado pelo Secretário Executivo que talvez ele
83 não tenham informado da reunião por terem contatado o titular. Dando continuidade, o
84 Secretário Executivo colocou que a pauta da reunião era breve de forma a priorizar a
85 apresentação e a discussão que poderá derivar dela e passou a palavra ao Sr. José Luiz
86 Gomes Zoby. O Sr José Zoby iniciou colocando que trabalha na Agência Nacional de
87 Águas na Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos e apresentando aos
88 conselheiros o Sr. Ney Maranhão que também atua junto a Ana e a Engenheira Maria
89 Teresa Andrade Cordeiro que trabalha na Magna Engenharia Ltda., empresa contratada
90 para elaborar o Plano. Iniciou a apresentação informando aos conselheiros que o Plano
91 estratégico se encontra na sua segunda etapa, a fase de criação de cenários, estando a
92 fase de diagnóstico já concluída, e destacando que a próxima fase é a consolidação do
93 Plano, onde serão definidas as diretrizes, metas, programas e ações. Continuou a
94 apresentação explicando a metodologia utilizada na fase de elaboração dos cenários e
95 caracterizando a Bacia Tocantins-Araguaia, colocando que a região foi dividida em quatro
96 sub-regiões e as mesmas subdivididas, totalizando dezessete unidades de planejamento
97 e gerenciamento (UPG). Destacou ainda as características físicas, os processos erosivos,
98 o uso do solo, desmatamento e áreas protegidas na mesma. Colocou em seguida que
99 quando foi feito o fechamento da fase de diagnóstico, foram levantados os fatores
100 indutores e problemas existentes na bacia, os quais foram considerados temas
101 estratégicos do Diagnóstico. Em seguida apresentou os objetivos do Plano Estratégico e
102 iniciou a apresentação dos cenários elaborados, sendo eles o cenário tendencial, o

103 cenário normativo e o cenário otimista, apresentando comparações entre os mesmos em
104 relação as premissas assumidas na elaboração de cada um deles. Encerrou a
105 apresentação que as ações que constarão no Plano podem ser agrupadas em
106 fortalecimento institucional, saneamento ambiental e proteção, conservação e uso
107 sustentável dos recursos Hídricos e dos solos, enfatizando que as mesmas são
108 essenciais para a concretização do plano. Finda a apresentação, a palavra foi passada ao
109 Sr. Ney Maranhão, que colocou que nas três fases do plano se busca identificar os
110 problemas e danos que ocorrem na bacia, destacando que os dados devem ser
111 contextualizados, pois os mesmos dados podem significar coisas distintas dependendo do
112 contexto. Colocou ainda que ao se fazer o prognóstico se lida com uma série de
113 incertezas e que o Plano deve ser monitorado pois estas incertezas pode atuar de forma
114 inesperada, sendo necessários ajustes no mesmo. Ponderou ainda que na sua visão o
115 grande problema na execução do Plano é a articulação dos atores, da articulação da
116 sociedades e dos usuários com o poder público, por isso o Plano deve ser discutido por
117 todos, para atuarem da mesma forma e deve-se ter uma visão progressiva e adaptativa,
118 para garantir sua efetividade. O conselheiro Décio Siebert questionou porque a
119 construção das eclusas não é colocada como condicionantes na liberação das licenças
120 das hidroelétricas, sendo respondido pelo Sr. Ney que está sendo feita uma
121 movimentação para que isto ocorra. O Sr. Ney ponderou ainda que deve se acreditar nas
122 previsões feitas na elaboração dos cenários com ressalvas, já que são dados relativos, e
123 deve ser feito o monitoramento para saber onde se está e corrigir de forma a se atingir a
124 meta desejada e que as previsões feitas podem não se concretizar. Exemplificou a
125 questão do desenvolvimento da agropecuária, que se sabe que não tem terra suficiente
126 na bacia para se ter simultaneamente um grande desenvolvimento do plantio de cana,
127 das outras lavouras e da pecuária, e que isto irá gerar uma pressão sobre as áreas de
128 reserva legal, o que deve ser monitorado de forma a garantir que esta área de reserva
129 legal seja preservada mesmo com esta pressão, ponderando que na próxima fase serão
130 elencadas ações para corrigir o rumo caso este se desloque da meta traçada. O
131 conselheiro Antônio Vecchiato parabenizou o Sr. José Luiz e o Sr. Ney e colocou que é
132 importante que exista o envolvimento do cidadão para se ter um futuro melhor,
133 destacando que é importante lembrar que se haverá conflito, também existirá pressão e a
134 população de forma geral deve decidir o que ela realmente deseja para o futuro e que
135 para isso são necessários estudos. O conselheiro Eloi Brandão colocou que é da região
136 de Sinop, região produtora de grãos e onde se tem aplicada a melhor tecnologia

137 disponível, sendo atualmente aplicada a tecnologia de plantio direto, destacando que esta
138 tecnologia possui um impacto muito menor sobre processos de erosão, e que na bacia
139 Tocantins-Araguaia poderia ser interessante a aplicação da mesma. O Sr. Ney ponderou
140 que a região onde se encontram os processos erosivos em questão são regiões de
141 pecuária, dificultando a aplicação desta tecnologia. Complementou agradecendo a
142 participação e atenção de todos e informando aos conselheiros que os relatórios da fase
143 de diagnóstico estão disponíveis para download na internet e que o endereço seria
144 passado para a secretaria executiva que iria repassar aos conselheiros e
145 complementando que haverá uma nova apresentação após a terceira fase do Plano. O
146 secretário Executivo complementou informando aos conselheiros que está sendo iniciado
147 um novo Plano Estratégico de Recursos Hídricos para as Bacias Hidrográficas dos
148 Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas. Nada mais havendo a declarar o
149 Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 17h 24min
150 e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e
151 pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

152

153

154 _____
LUIS HENRIQUE C. DALDEGAN

155 Presidente do CEHIDRO

156

154 _____
LUIZ HENRIQUE M. NOQUELLI

155 Secretário Executivo do CEHIDRO

157 * *Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 08/05/2008.*

158 ** *Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*